

SUBSÍDIOS FILOSÓFICO-CULTURAIS PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

PREFÁCIO

Por mais paradoxal que nos pareça, o homem pode sentir-se desinformado por encontrar-se diante de tantos dados informativos - revistas, jornais, rádio, televisão, livros - que não consegue organizá-los e, portanto, torna-se confuso em meio a tamanha complexidade. É a situação do cidadão que só tem notas graúdas e não consegue comprar pequenas coisas ou simplesmente pagar o ônibus. E a gente não possui instrumentais suficientes para desvendar os mecanismos inerentes a essa confusão. Não dispomos de meios de compreensão ou quando encontramos instrumentais, estes são tão sofisticados que não sabemos usá-los.

Diante desta realidade, o desafio, que se nos apresenta, consiste em sermos lúcidos diante das estruturas vigentes.

O presente trabalho é uma proposta para uma análise filosófica e cultural, que nos ajudará a adquirir uma consciência crítica diante dos acontecimentos e tornar mais lúcida a nossa visão de mundo.

A princípio, sabemos que o homem é um animal **oeconomicum**, **politicum et symbolicum** ao mesmo tempo. Estas três dimensões constituem de suas próprias práticas:

econômica -- produção e distribuição de bens

política -- organização social, poder, Estado.

simbólica -- produção de idéias : Filosofia, ciência, arte, religião , valores e etc.

A partir dessas práticas, o homem estabelece relações: econômicas, políticas e simbólicas. Esse conjunto de práticas e relações denominamos práxis, que envolve sempre um elemento de consciência, de inteligência, de conhecimento. Faz-se necessário explicitar a teoria da práxis. A teoria que a ilumina, que a justifica, a explica, a legitima.

Ter consciência crítica é saber explicitar a teoria de nossas práticas. "Consciência crítica não é uma estrutura abstrata, nem uma entidade teórica. Ela é o momento teórico de uma prática crítica. É a inteligência da prática" (Libânio) **(01)**, que necessita de elementos teóricos.

No próprio ato de conhecer os fatos, o sujeito não os capta tal como os são. Para o sujeito não existe fatos brutos, pois ao conhecer dá-se uma visão interpretativa aos fatos. Podemos dizer que ter consciência crítica é também saber perceber os elementos subjacentes no conhecimento.

Este trabalho tem como referencial (de maneira simples e resumida) os instrumentais de análise elaborados pela equipe do pesquisador João Batista Libânio (pesquisador do IBRADES/RJ). O instrumental apresentado neste trabalho foi sistematizado da seguinte forma: organização dos elementos filosófico-culturais em três momentos (três esquemas mentais). Mostrando as tendências predominantes e sua relação com o contexto cultural global. Os três momentos querem esquematizar, de modo estrutural e didático, a mentalidade fixista, objetivista, estática (primeiro momento - momento do objeto), a mentalidade subjetivista, evolucionária, dinâmica (segundo momento - momento do sujeito) e a mentalidade social, dialética (terceiro momento - momento sócio-dialético).

Utilizei também outros dados que julguei por bem colocá-los para exemplificar ou esclarecer o instrumental (02).

INSTRUMENTAL DE ANÁLISE

ESQUEMA MENTAL

INTRODUÇÃO

1- CONCEITUAÇÃO.

Na medida em que a cultura se vai socializando, as concepções do mundo, as posições e as opiniões sobre a realidade se mesclam num amálgama complexo. Ao longo da história vão se evoluindo e se transformando.

Muita tinta correu sobre tal temática. De modo nenhum temos a pretensão de elaborar uma análise crítico-histórica da evolução das correntes de pensamento. Mas podemos fornecer subsídios que nos ajudam a organizar, dentro de grandes quadros, a pluralidade dos elementos culturais prementes à nossa maneira de ver o mundo. São elementos para podermos ver melhor como é a realidade.

Faz-se necessário termos em mente alguns conceitos, embora seus limites não sejam facilmente definíveis. Mentalidade, antes uma categoria ligada à Psicologia social, exprime um conjunto de concepções e opiniões pouco reflexas, que se originam da linha de vida, que se assume comumente dentro de espaço de tempo limitado da experiência. Une valores e atitudes, de modo imediato, a uma representação da realidade. Categoria também usada na Sociologia do Conhecimento, ao contrapor-se à de Ideologia... Enquanto mentalidade pertence ao mundo mais espontâneo, a ideologia se coloca do lado da sistematização coerente, racional e interessada. A ideologia é a expressão de interesses racionalizados de um grupo/classe, enquanto que a mentalidade tem uma finalidade integradora num grupo, buscando coesão.

Agora, esquema mental, que usaremos neste trabalho: o vocábulo "esquema", sugere-nos a significação de figura ou forma, que representam os elementos essenciais de um objeto. Com esse termo, entretanto, queremos simplesmente exprimir a unidade mais ou menos coerente e organizada, em diversos níveis de explicitação, de nosso universo

de compreensão, valoração e atividade. Com o termo "mental" queremos indicar a importância da inteligência na organização e sobretudo na explicitação de tal esquema. Funciona como pano de fundo, horizonte de compreensão, contra o qual os dados diários são apreendidos, valorados, assumindo a função de "lugar cultural", a partir do qual ou contra o qual entendemos, valoramos, assumimos a realidade em que vivemos.

O esquema é feito para iluminar algo maior que ele: a vida, a vida do nosso dia a dia. Estamos no Século XX e isto não significa que todos nos percebemos a realidade com a maneira de ver do Século XX. Mesmo vivendo na mesma época, não somos totalmente contemporâneos. Do ponto de vista cultural, a nossa cabeça é muito complicada, pois dependendo do assunto usamos dados próprios do Século XV, mesmo estando vivendo no Século XX. E em outros assuntos usamos dados de nossa própria época.

2 - As relações fundamentais do homem.

Para explicitar o esquema mental partimos de quatro perguntas fundamentais: o que é o homem, como o homem se entende a si mesmo ? O que é a sociedade, como os homens se relacionam com os outros ? O que é o mundo ? Qual o sentido da nossa vida, qual o papel do Transcendente ? A maneira de compreender suas respostas se funde na unidade existencial e cultural de nosso esquema mental.

Todo homem é consciência e liberdade.

Tem portando uma relação fundamental consigo mesmo. Essa primeira relação não se entende num sentido psicoindividual, mas cultural. Trata-se da autoconsciência que o homem tem, como expressão de sua compreensão de si mesmo como ser humano.

Tal compreensão só é possível dentro do contexto social, nunca no auto-isolamento. Ela é decorrente de outras relações. O homem só poderá compreender-se, como ser humano, enquanto se choca com as realidades exteriores a si mesmo.

A segunda relação é a do homem com os outros homens. "O homem é um animal social" (Aristóteles). Vive inserido numa sociedade, onde mantêm inúmeras relações. Compreende-se fazendo história. Naturalmente, o tipo de consciência, que ele se faz dessas relações, variará ao longo da história.

Uma terceira relação é com o mundo, com o cosmos, com a natureza. O homem vive em contínua luta com a natureza. Esta lhe surge com um desafio, uma inimiga, que necessita ser domada, trabalhada, transformada. Neste processo o homem humaniza a natureza, transformando-se também a si mesmo. Essa relação sofrerá modificações ao longo da história, na medida em que ele consegue dominá-la, assenhorar-se dela. Talvez esta relação seja a determinante de todas as demais. O homem exprime o seu domínio sobre a natureza através do trabalho, das pesquisas científicas, das técnicas cada vez mais aperfeiçoadas.

A quarta relação se refere ao Transcendente. O homem necessariamente se situa diante da questão fundamental da existência ou não (teísmo ou ateísmo), da cognoscibilidade ou não (agnosticismo) de uma realidade que o supera, transcende a ele mesmo e a tudo que se lhe aparece como história e natureza. Essa relação é necessária e exprime um dos elementos fundamentais do esquema mental do homem.

O nosso esquema mental não é uma realidade explícita diante de nós. Subjaz a tudo que pensamos, valoramos, assumimos nas nossas decisões. A configuração global, que podemos ir constituindo, implica num esforço de análise crítica. Ficamos sabendo o esquema mental de uma pessoa a partir da argumentação que a pessoa apresenta de suas teorias e suas práticas.

3- Divisão didática.

A análise de cada esquema mental se fará de modo estrutural, ainda que se usem alguns elementos históricos, como explicação e elucidação, sem contudo querer carregar a ênfase sobre eles. Não corresponderia a nosso intento uma crescente complexificação, ainda que sintamos a dor do incompleto, o mal estar do esquemático simplificado.

Falamos em três momentos do esquema mental. O termo momento sugere de certo modo uma sucessão histórica. Há, contudo, uma lógica e superação de um momento para o outro, dentro de uma compreensão dialética. Temos, portanto, esquemas mentais em três momentos principais: momento do objeto, momento do sujeito, momento do social. Trata-se de um esboço sistemático de natureza predominantemente filosófico-cultural. A validade de tal abordagem parece-nos dever-se à importância de formarmos uma compreensão mais global e explicitada de nosso esquema mental, a fim de desenvolvermos nossa consciência crítica e entendermos outros universos culturais.

PRIMEIRO MOMENTO MOMENTO DO OBJETO

O termo "objeto" assume aqui o sentido ordinário em Filosofia. Entende-se em relação ao "sujeito", em oposição a ele. O objeto assume aqui o sentido de "coisa em si", cuja existência é independente do conhecimento que os sujeitos pensantes têm dele.

Primeira relação: Do sujeito consigo mesmo - autoconsciência.

A característica fundamental dessa primeira relação nesse momento é a carência do caráter projetivo de consciência, em nível de conhecimento. Em termos mais simples, o sujeito se compreende como estando diante de objetos, de realidades, que têm significação por e para eles mesmos. Cabe ao sujeito conformar-se com a realidade (Fatalismo)

A verdade, o bem e o valor aparecem para o sujeito como exteriores a sua consciência. Tudo vem de fora do sujeito e já está tudo determinado, e com os quais ele deve conformar-se, do contrário temos o erro, o mal e o desvalor. O sujeito se vê diante da realidade como uma "tabula rasa". O sujeito ainda não consciência de que é gente.

O sujeito, embora em relação dialética com o objeto, contudo se percebe como sendo unilateralmente determinado pelo objeto. O sujeito é um acolhedor passivo de verdades, bens e valores que vêm de fora e que se tornam regras e normas para a sua consciência. O sujeito carece de autonomia. A sua própria consciência de liberdade é profundamente marcada pela obediência a uma lei divina ou natural, exterior a ela, que se lhe impõe.

Os fenômenos humanos são apreendidos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou mesmo supra-humanos. As realidades criadas pelos homens, que implicam opções, interessem bem concretos de pessoas e grupos, como a política, a economia, a história são vistos como algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos dados, acontecimentos naturais, sujeito às leis cósmicas ou simples manifestações da vontade divina. São típicas desse momento as expressões: "É vontade de Deus", "é obra do destino"; por exemplo, Figueiredo mandou o povo rezar ao "papai do céu", como se Deus fosse responsável pela falta de pão na terra.

Nesse momento, não se percebe de modo explícito e reflexo a criatividade humana, o agir da liberdade humana, de modo que o homem não se vê com autor do mundo. O homem não aparece na sua capacidade criadora. Possui uma consciência alienada: pois as realidades sociais, humanas são sentidas pelo homem como algo estranho a ele, "*opus alienum*".

Sua autoconsciência carece de consistência e necessidade de contínua referência a outra realidade para sua autovalorização. Por sua vez, tal autoconsciência pode exprimir-se dentro de dois horizontes bem diferentes. Num primeiro, a consciência, transcende-o. Durante milênios, o homem viveu nesse horizonte cultural. Num segundo, participando de um mundo divino, misterioso, que o homem dá consistência a seus atos. Por isso, o homem, na sua existência frágil, desprovida de sentido e de valor, busca mil maneiras de atrair essa força divina. Nesse horizonte mítico, a consciência vive tentada pela magia, pela necessidade de ritos, pela obsessão de comportamentos julgados "santos". Tudo isso de maneira inquestionável.

Segunda relação: O homem e seus semelhantes.

Esta carência de autonomia vai refletir-se na relação também coisificada com respeito à sociedade, à história. De fato, um homem que não se descobriu com valor, como liberdade e como autoconsciência, também carece de consciência do valor do outro.

Prevalece uma relação "*coisal*" entre as pessoas. Suas regras, seu valor são ditados, por sua vez, de fora, por uma moral extrínseca às subjetividades. Dentro desse horizonte, compreende-se porque a escravatura não era percebida na sua raiz desumana de violação do valor pessoal. Leis

naturais, leis biológicas, até mesmo argumentos teológicos, apelando para a vontade de Deus, justificavam e explicavam suficientemente o fato de relações entre senhores e escravos. É só olhar os sermões de Padre Antônio Vieira. Compra, venda, troca de escravos e o domínio total dos senhores sobre eles eram formas concretas, que revelavam tal consciência.

Outro fato histórico bem concreto como a tortura, denota tal compreensão de relação "**objetiva**" (como objeto) entre as pessoas. Em nome de uma verdade abstrata, a defender ou a obter-se, empregavam-se formas violentas na relação humana. A prática da tortura era percebida como mecanismo legítimo, desde que estivessem em jogo valores superiores, como a verdade, a Religião, o Estado, e até o machismo, etc..

Os reis, príncipes, todo tipo de autoridade apareciam diante de seus súditos como representantes de Deus como uma autoridade, portanto inquestionável. A estrutura social ganha, assim, a fixidez das leis eternas. A vida toda do indivíduo estava decidida pelo nascimento. Nasceu escravo, morre escravo. Tudo era por vontade de Deus. Falta ao homem a consciência de autor e produtor da história. Antes é um paciente, que a suporta. O destino e Providência legitimam e justificam, de certo modo, tudo que acontece na história, velando assim o caráter de decisão e de interesses humanos.

Terceira relação: O homem e a natureza (cosmos).

Relação de decisiva na configuração da consciência. Sem querer cair num determinismo mecanicista, pode-se dizer que o homem vai percebendo sua verdadeira realidade, vai formando sua consciência, no defrontar-se como o dado imediato da natureza. Nesse primeiro momento, o homem dobra-se obediente ao ritmo da natureza. Ainda não dispõe de recursos e instrumentos técnicos, que lhe permitam certa autonomia diante das leis da natureza. A natureza determina sua conduta. É obrigado a seguir o ritmo natural das coisas, já que não consegue dominá-lo. Noite é noite. A escuridão impossibilita-lhe fazer atividades próprias do dia. Não depende tanto dele (homem) escolher. Tal é-lhe ditado fundamentalmente pelo ritmo da natureza com suas exigências incontroláveis.

Neste momento predomina a cosmovisão fixista. O homem, não conseguindo dominar suficientemente a natureza e faltando-lhe, pois, essa consciência de autovalor, volta-se continuamente para a natureza como sua mãe fundamental. Não se trata de nenhuma mãe carinhosa. Impõe-lhe suas leis de modo inexorável. Cabe-lhe obedecer-lhe, submeter-se a ela.

Nesta perspectiva, a ciência desenvolve a tarefa de conhecer as estruturas essenciais do ser natural. É essencialmente determinada pela natureza, fazendo-lhe perguntas sobre sua essência. E a natureza aparece como algo que permanece sempre o mesmo e determinado em si. É a ordem eterna. É objeto da ciência, enquanto permanece imutável através das mudanças observáveis. O cientista, com sua inteligência, observa imediatamente os fenômenos na busca da essência. Esta é estável, fixa, sem mudanças. Ele transmite aos pósteros suas descobertas de validade e autoridade duráveis, na medida em que atingiram, de fato, as essências das

coisas. A partir dessa constatação compreendemos porque vários cientistas tiveram dificuldades em divulgar suas descobertas e tê-las aceitas pela sociedade em geral e pela Igreja (Galileu, Isaac Newton e outros).

Quarta relação: Homem e Transcendente.

Os verdadeiros bem, valor e verdade estão fora do homem, da sua consciência e de sua possibilidade de criação. Isto significa que ele concebe a verdadeira realidade como algo que o transcende. Sua experiência histórica, mundana, não passa de cópia, de rascunho, de sombra dessa Transcendência. Estabelece-se uma relação de profunda dependência e de contínua busca de sentido no confronto da experiência transitória com a realidade definitiva e eterna.

São duas realidades, dois mundos paralelos. O mundo sobrenatural, divino e eterno é a fonte de sentido, de valor, de bem e de verdade. O mundo humano, histórico, transitório carece de sentido autônomo, próprio.

A realidade humana não tem verdadeira consistência e valor por ela mesma. Deriva-se da realidade transcendente e se refere continuamente a ela, à busca de sentido, de valor, de bem e de verdade. Tal Transcendente pode ser compreendido, seja dentro de uma visão de fé crista, como Deus, seja dentro de uma visão religiosa ou mágica, como seres ou espíritos superiores. Em ambos os casos, interessa ver o mesmo esquema mental de atribuir a uma realidade transcendente, fora da história, o papel dos verdadeiros atores na natureza e no mundo dos homens.

O significado do agir humano se deduz de seu caráter relativo a tal Transcendência. Esta se mostra através, sobretudo das leis, normas, regras, ritos, prescrições objetivas. E o homem será tanto melhor, quanto mais exato for no cumprimento objetivo de relacionamento com o Transcendente e não interpessoal. As regras dessa situação são definidas de fora pelo parceiro divino e a consciência humana não interfere, a não ser na linha de aceitação, submissão e acatamento.

EXEMPLOS

Este primeiro momento é um esquema mental característico de um período histórico que compreende até mais ou menos a Revolução Francesa, embora exista o caráter dialético dos momentos. Embora, hoje, no Século XX, existam pessoas e grupos que apresentam esse esquema mental. Então para compreender melhor, fazem-se necessário a narração de situações, maneiras de pensar, de agir em que ele se revela. Não se trata de fazer um juízo valorativo ético sobre as ações humanas. Dentro do mesmo horizonte cultural um homem pode ser justo ou injusto, na medida em que responde em liberdade e consciência aos apelos éticos da realidade apreendida por ele, de modo positivo ou negativo. Parecem necessário tais esclarecimentos a fim de evitar julgamentos anacrônicos, com críticas a condutas morais de pessoas ou grupos concretos na história, a partir de outro momento. Ao trazermos alguns

exemplos concretos para elucidar o primeiro momento, não queremos fazer nenhum juízo moral sobre o horizonte de percepção que ele revela.

a) Papel do horizonte religioso.

Dentro desse primeiro momento, o elemento religioso desempenha papel absolutamente preponderante, seja dentro de um horizonte mítico, seja já em compreensão metafísica da realidade. Na sua base, está a carência do autovalor, da autonomia, da consciência humana, com conseqüente dependência em relação à realidade transcendente.

O mundo sagrado e divino, apresenta-se como a única e verdadeira realidade, preche de sentido e fonte de valor, e de bem. A religião ocupara então espaço decisivo na vida humana, abrangendo todos os rincões, para dar-lhes sentido, valor. Acontecerá, então, uma tríplice sacralização da experiência humana: ontológica, temporal e espacial. O mundo das ações e realidades humanas é profano, carente em si de valor. É simplesmente natural. Não tem valor eterno. Não tem significado além da morte. É perecível. Portanto, quem vive tal realidade está fadado à morte, não levando nada para uma vida definitiva. Ontologicamente nossa vida é sombra sem consistência. É o mundo divino que tem consistência, valor e significado. Quanto mais elementos do mundo sagrado envolverem, penetrarem nossa realidade, mais esta adquire valor e significado.

As pessoas manifestavam tal compreensão, julgando os sacerdotes e religiosos mais perto de Deus. Não raro se dirigiam a eles pedindo orações e bênçãos. Muitas vezes ficavam horas ouvindo-o, sem nada entender do que fala, simplesmente porque estão em contato com um "santo" (sic).

Outra preocupação vai na direção de sacralizar o tempo. O tempo profano, o dia de trabalho, enquanto tal, não tem valor em si mesmo. Sua consistência virá na medida em que for assumido pelo sagrado. Então se arruma nome de santo para cada dia.

Quantas vezes ouvimos, em criança, que tomar uma refeição, sem rezar antes, é comer como animal. O ato de uma família reunir-se em torno da mesa, em paz, alegria, fraternidade, amor, não era visto como uma ação de valor "sobrenatural", mas sim o ato de rezarem antes de comer, mesmo que, muitas vezes, a refeição não fosse fraterna. A valorização não vinha do aspecto humano do encontro da família em torno da mesa, mas do caráter sobrenatural da oração feita antes e depois do ato.

A sacralização do espaço constitui outra pilastra de sustentação de tal esquema mental. Lugares e objetos arrancados do mundo profano transformam-se em sagrados através de bênçãos especiais. Assim pessoas, casas, agências bancárias, todo tipo de lugar, automóveis, etc. são santificados pela bênção, entrando assim no mundo sacral. Os lugares se santificam quando levam os nomes de santos: Loja Nossa Senhora Aparecida, Colégio Cristo Rei, Farmácia São Bento, Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; ou imagens para sacralizar a cidade: o Cristo Redentor, no Rio, de

braços abertos, abençoando a cidade, com toda a sua miséria, violência, assaltos...

Dentro desse modo de compreender a realidade, facilmente se coisifica, se objetiva, e se quantifica o religioso. Não se vê tanto o seu aspecto de sinal, de símbolo. Identifica-se com a própria materialidade da coisa a sua função religiosa simbólica.

Volto a insistir que não se trata de um juízo ético sobre atitudes. Trata-se de uma questão de percepção. Os exageros e o ridículo de muitos comportamentos servem simplesmente para mostrar-nos como uma tendência oculta nesse esquema mental pode ser levada ao extremo. Nada impede que tal dimensão seja vivida em autenticidade e sinceridade.

b) A importância do objetivo e do positivismo jurídico.

Predomina, neste momento, a preocupação com o aspecto objetivo das coisas. Bastam alguns exemplos. No campo da verdade temos o típico fenômeno da ORTODOXIA. A preocupação fundamental consiste em determinar com rigor os aspectos objetivos da formulação da verdade. Esta é eterna, absoluta, e imutável. A partir do quadro objetivo das verdades, traça-se a linha das fronteiras do erro. Tudo que estiver fora de tal quadro e não se conformar a ele é falso. Exemplificando: Galileu foi condenado porque destruiu o trono de Deus ao elaborar um novo mapa do universo. Isaac Newton ficou a perguntar onde afinal Deus vai morar, quando elaborou suas fórmulas - a lei da gravidade (afinal o trono de Deus estava lá em cima).

Nesse momento, a verdade é vista somente do lado do objeto, como se a inteligência não passasse de mero receptor de uma verdade toda dada e vinda de fora. O sujeito histórico não entra na sua constituição. A verdade não é vista como "produto humano", mas como apreensão por parte do homem de uma evidência objetiva, exterior a ele. O esforço e a luta desse horizonte se concentram no estabelecimento e defesa do quadro exato e rigoroso das verdades. E por elas, foi-se capaz de morrer e matar.

c) outros exemplos.

Ao tratar de "libertação" dentro de tal esquema, acentuam-se aspectos estáticos e fixos. O mundo, que realmente escraviza o homem, se situa na dupla dimensão intelectual e moral. Na primeira temos o erro, a falsidade e a ignorância. Na segunda, o vício, o pecado objetivo, a injustiça, a maldade. A libertação consiste, pois, no processo objetivo de passagem desse mundo de erro, ignorância, falsidade para a verdade e o conhecimento correto. Significa deixar o vício, o pecado em direção a virtude e ao bem. A compreensão fica dentro de um quadro objetivo, exterior à subjetividade e à sua inserção histórica. Os aspectos dos entraves subjetivos e sócio-estruturais ficam fora de tal ótica.

CONCLUSÃO

O questionamento fundamental que subjaz o tal esquema é a pergunta pela essência das coisas, na sua natureza. Existe uma preocupação metafísica tradicional. O aspecto objetivo domina o horizonte de compreensão, com tudo que isso significa de concepção estática, fixista da realidade, da natureza e dos acontecimentos.

A pergunta básica é : *quid est* ? Que são as coisas ? E as respostas buscam ser definitivas. Esse universo mental correspondente naturalmente mais a uma sociedade profundamente marcada por relações estáveis; não acionada ainda pelas grandes descobertas territoriais dos séculos XV e XVI e pelo desenvolvimento das ciências e técnicas dos séculos seguintes.

Entretanto, não raro, acontece que pessoas vivendo já uma sociedade sócio-político-econômica e cultural diferente mantêm esquemas de outra sociedade. A revisão crítica se faz com muita lentidão e nem sempre coerentemente. Muitas vezes acontece que em muitos elementos estamos presos a esta cosmovisão do primeiro momento, enquanto que em outros pontos assumimos e assimilamos elementos mais de outro momento. Esta divisão em momentos tem apenas um caráter didático. Isto lhe garante certa artificialidade. É simplesmente uma ajuda a fim de melhor entender certos comportamentos, atitudes e mentalidades.

SEGUNDO MOMENTO MOMENTO DO SUJEITO

Chamamos a atenção sobre a novidade fundamental desse esquema mental em relação ao anterior. Trata-se da superação do momento do realismo cosmológico. O sujeito joga papel decisivo no ato mesmo de compreender o objeto. Como momento seguinte ao anterior, significa a sua "negação", não no sentido escolástico de anulação, mas sim dialético, no sentido de assumir o anterior na sua validade, enriquecido pela novidade do presente.

Naturalmente, na euforia das descobertas, passa-se facilmente de uma compreensão dialética para uma totalizante, de modo que o momento do sujeito em muitos dos seus efeitos pode demonstrar-se como de violento "subjetivismo".

Poderemos entender melhor refletindo as principais relações:

Primeira relação: O homem e sua autoconsciência.

A característica desta primeira relação traduz-se na descoberta da subjetividade. Entende-se por subjetividade a interioridade da consciência, enquanto se opõe à exterioridade do mundo e que se revela precisamente como sujeito de significação e valores pelos quais o homem compreende o mundo. É a forma própria de o homem moderno compreender o mundo, e por conseguinte, de autocompreender-se. Torna-se dominante o caráter projetivo da consciência. O sujeito se percebe como fonte de verdade, de bem e de valor. Os valores objetivos assumem sentidos e significação na medida em que

são percebidos, captados pelo sujeito. O sujeito vê que seu respeito pela objetividade é, em última análise, um respeito a si mesmo, à sua consciência. Portanto, a verdade se apresenta fundamentalmente como exigência do sujeito e não do objeto, ainda que esse tenha seu caráter compacto de existência.

Os fatos, a realidade se fazem verdade. Os fatos são simplesmente fatos. Tornam-se verdade na medida em que o sujeito participa pela reflexão de sua inteligência. Numa palavra, a verdade é realidade humana e não das coisas, dos fatos e objetos. Não existem fatos brutos para o homem. Eles são sempre interpretados. Isto significa que cada ato de conhecimento, de verdade, o sujeito se faz presente, com sua historicidade, com seu lugar cultural, social, etc.

Esta viragem antropológica, e em muitos casos antropocêntrica, encontra no "**cogito ergo sum**" de Descartes expressão explícita. O homem faz-se mestre da realidade. Liberta-se dela para dominá-la, através sobretudo da ciência, da técnica (Revolução Industrial).

A irrupção da subjetividade vai junto com a paixão pela liberdade, pela libertação das amarras objetivas, que até então atavam a consciência do homem (Revolução Francesa).

Momento em que o homem se descobre como "autônomo". Ele se entende como lei de si mesmo, não a recebendo de fora e sim descobrindo a partir de sua razão, inteligência e experiência.

Segunda relação: O homem e seus semelhantes.

Nesse momento marcado pela subjetividade, assistimos a dois fenômenos antitéticos: o individualismo e o comunitarismo. O individualismo chegou mesmo a constituir-se em pilastra de nossa civilização ocidental, ainda que nunca fora realizado em estado puro. A exploração de tal pendore individualista adquiriu relevância no sistema econômico capitalista.

Esta descoberta da subjetividade confunde autonomia com independência e com o mínimo de relação com os outros. A sua expressão econômica mais forte se traduz na "propriedade particular", no senso forte da posse das coisas.

Há outra vertente desse momento. A descoberta da subjetividade permite a descoberta do outro, da alteridade. O outro também é sujeito, fonte de verdade, de valor e de bem. Portanto, momento do diálogo, da intersubjetividade, do comunitarismo. Passa-se de uma relação objetivante, coisal, determinada por regras extrínsecas, para uma percepção da maior importância das pessoas em relação às regras objetivas. Essas só têm sentido na medida em que favorecem um clima de melhor entrosamento entre as pessoas. Cresce a personalização na relação entre os homens. Situações de dominação, de aviltamento, de humilhação, de escravidão são percebidas como injustiça e violação dos direitos humanos.

Também nesta relação não interessa tanto que alguém possua verdades objetivas, mas que seja coerente, veraz com o que pensa. O termo "autêntico" ocupa espaço lingüístico, com força imantizadora e justificadora até mesmo de muita esquisitice. Nas relações humanas, nos atos sociais, nos ritos, procuram-se antes de tudo a autenticidade pessoal em oposição ao mero cumprimento de normas objetivas, prescrições convencionais. O formalismo cede terreno diante da espontaneidade. O importante é sentir-se bem (Carl Rogers - psicólogo americano).

Diante dos acontecimentos históricos, o homem percebe-se mais como ator, criador da história, e não simples objeto de um destino ou obediente-crente numa divina providência... O homem é chamado a ser senhor de sua própria história. As suas decisões determinam o ritmo dos acontecimentos. São produtos da iniciativa humana. O homem faz a história. Seu ser não lhe é dado todo feito. Constrói-se através dos atos, das ações, dos gestos que se realiza em sua existência. Ele é ser e devir. Como ser, tem uma onticidade dada. Como devir, acontece a cada momento. É ao mesmo tempo acontecimento e permanência, transitoriedade e continuidade. E seu projeto, seu devir está entregue a seu poder criativo. O homem é também autocriador de si mesmo.

Terceira relação: O homem e a natureza.

A partir da Idade Moderna, com o progresso das ciências, com o desenvolvimento da técnica, com o aperfeiçoamento das forças produtivas, o homem emancipa-se diante da natureza. Não se sente mais um ser fadado e destinado a viver segundo o ritmo natural das coisas. Antes encara a natureza como uma tarefa, um problema a ser resolvido, com os meios que vai continuamente aperfeiçoando.

Não é mais a natureza que determina a conduta do homem. É o homem que submete a natureza a sua vontade, a sua conquista racional e racionalizante. De discípulo da natureza, passa a ser seu mestre. Não se trata de uma consciência teórica, aprendida em algum livro, surge da experiência fascinante que vai fazendo de ir domando a noite com a luz elétrica, a distância com o motor e telecomunicações, os espaços celestes com seus aparelhos e naves espaciais.

O universo é visto cada vez mais como um processo evolutivo, no qual o homem ocupa lugar temporalmente reduzido e criativamente expressivo. A dissolução da imagem fixista do mundo produz também transformações profundas na maneira de o homem compreender todas as outras relações consigo mesmo, com a natureza, com os seus semelhantes, como o Transcendente.

Quarta relação: O homem e o transcendente.

Num primeiro instante, esse momento cultural traz sérios problemas a respeito da relação do homem com a Transcendência. No momento anterior (do objeto), o homem identificava-se com a exterioridade, tanto a fonte de valores, verdades e bem como a realidade da Transcendência,

em oposição a si mesmo. Ora, no momento em que descobre sua subjetividade, como fonte de valor, verdade e bem, sente, num primeiro impulso previsível, o movimento de rejeição dessa transcendência. Ela lhe aparece como fonte de alienação. Sua existência significa, pois uma negação da autonomia do homem. Nesse contexto, compreende-se o grito de "morte de Deus". A tensão entre a descoberta do primado do sujeito e a Transcendência não se resolve, em muitos casos, numa nova reinterpretação da própria Transcendência, mas em sua negação. A afirmação de um pólo implica na negação do outro. Como, no momento anterior, a afirmação de Deus reduzia a autonomia e liberdade do homem, agora a afirmação do homem arrasta consigo a negação de Deus (leia-se Voltaire).

As verdades reveladas, a própria existência de Deus não conseguem ser percebidas a não ser à luz desse dilema inexorável: ou Deus ou o homem. Nessa perspectiva, afirmam-se os humanistas ateus de projeção numa linha cultural (Feuerbach) e mais tarde numa linha psicológica (Sigmund Freud) e de postulado a partir da plena afirmação do homem (Nietzsche e mais tarde Paul Sartre).

O pensamento cristão (teísta) reinterpreta a Transcendência dentro desse novo esquema mental. "Deus é o nome da profundidade e do fundo infinito, inesgotável, de todo ser. Esta profundidade é o sentido mesmo da palavra Deus" (Paul Tillich).

A Transcendência de Deus não é nenhuma concorrente com o homem. Para ser homem, Deus precisa estar junto. Na medida em que o homem se afasta d'Ela, menos homem se torna, porque se fecha num isolamento egoístico auto destruidor. Sua rejeição, não é a afirmação do homem, pelo contrário, é o enclausuramento do homem na solidão-tormento de seu próprio eu.

ALGUMAS EXEMPLIFICAÇÕES

a) Subjetivação

A descoberta da subjetividade como ponto fulcral de tal momento leva a outro processo, não necessariamente idêntico, mas facilmente compreensível: a subjetivação. A euforia da percepção da importância do sujeito, sua autonomia, sua posição fontal (de fonte) em relação à verdade, ao bem e ao valor produz uma centralização da realidade do próprio sujeito. Esse começa a ocupar o lugar que o objeto detinha no momento anterior. A realidade passa então a ser encarada em vista da auto-realização do sujeito. Ela torna-se facilmente critério de toda verdade, valor e bem. Assim, algo, que não realiza o homem passa a ser considerado sem relevância. E essa auto-realização participa da ambigüidade desse momento, já que ele, como vimos, tem uma face extremamente individualista. E por isso a auto-realização pode encobrir, no fundo, interesses egoísticos. Facilmente se passa, quase de modo espontâneo, para uma relativização de toda verdade. Tudo se torna relativo. Todos os valores dependem do sujeito. Nada possui alguma normatividade. Desliza-se sem mais para os "achismos". Na linguagem surgem, pois, os incansáveis "eu acho que..." como última palavra da realidade.

b) libertação.

A compreensão de libertação desloca também seu acento. Se, no primeiro momento, se via antes a libertação em relação ao mundo objetivo do erro, de falsidade e do vício, aqui se focalizam mais detidamente os entraves de caráter pessoal, subjetivo, que impedem o homem no seu movimento de auto-realização e de dom aos outros. A libertação psicológica assume enorme importância na sua função terapêutica de fazer o homem livre para si e para os outros. Os empecilhos são, pois, os traumas, as neuroses, as frustrações, as fixações, os mecanismos inconscientes de defesa, etc.. E sobre eles exerce-se a força libertadora das práticas psicoterápicas.

CONCLUSÃO

A pergunta fundamental levantada dentro desse segundo momento é o significado do homem, das coisas, do mundo, da história, da Transcendência para o próprio homem e não tanto de tais realidades em si mesmas. Se no primeiro momento se perguntava que são as coisas - **quid est**- neste se pergunta que significam as coisas, em cuja resposta o sujeito participa de modo decisivo.

Não nos interessa na descrição desse esquema mental, devido seu caráter esquemático e didático descer a considerações históricas em busca das raízes e origens dos elementos, que desencadearam a modificação do modo de pensar, agir e julgar de um esquema para o outro. Entretanto, podemos talvez indicar alguns grandes acontecimentos, a modo de exemplos, onde certos aspectos desse segundo momento aparecem com maior nitidez. Não se pode deixar, porém, de levar em consideração que as evoluções de mentalidade não são homogêneas nas pessoas e nem observam nenhuma lógica bem travada. Por isso, elementos de esquemas diferentes coexistem em épocas históricas, e seus inícios não são fáceis de perceber. Além disso, quando falamos da valorização do sujeito no segundo momento, não se deve esquecer do aspecto dialético de toda consideração. Ainda que a compreensão dialética como tal se tenha desenvolvido nos últimos séculos, contudo a realidade é ela mesma dialética. Quando no primeiro momento se falava da importância do objeto, da realidade em si mesma, não se pode compreender como tal, sem que se faça também uma referência ao sujeito. Contudo queremos somente observar a predominância do aspecto dialético percebido. A explicitação da dialética não era conhecida na consciência dos homens daquele momento, ainda que a vissem. O mesmo se diz da valorização do sujeito. Ela só é inteligível em relação ao objeto. Sem dúvida, a eclosão da subjetividade vai levar a uma focalização mais acentuada dos elementos subjetivos.

Como dizia, alguns dados históricos, a modo de conclusão, podem ajudar-nos a compreender a razão de tais deslocamentos:

- A Renascença na Itália, onde volta a tona a cultura humanista, o renascer da cultura grega. O grego exaltava o homem.

- O progresso das ciências naturais, matemáticas dão-lhe maior soberania sobre o mundo, liberando-o de uma concepção mítica da natureza. Na medida em que as forças produtivas se desenvolvem através da ação do incipiente capitalismo, gerando modificações violentas no sistema de habitação e relação social, passando de uma sociedade feudal para uma sociedade burguesa, a liberdade do homem em relação ao seu pequeno mundo rural se firma.

- As grandes revoluções das estruturas sociais, políticas, econômicas, sobretudo no século XVIII, provocam na expressão de Hegel, hoje tornada lugar comum, uma inteligência nova do homem compreendido como liberdade radical.

- As filosofias, sobretudo a partir de Descartes, passando por Kant (Iluminismo alemão) e Hegel até desembocar nas atuais correntes, marcam um processo de subjetivização, interiorização, antropologização, historicização (W. Schulz)

- Em nível de Igreja, houve varias erupções desse espírito mais subjetivante, a partir dos postulados de Lutero com os três: "sola fides fiducialis" (basta a fé), "sola Scriptura" (basta a Escritura) **(03)** e "sola gratia" (basta a graça) imputada ao indivíduo em contraposição aos elementos objetivos da teologia escolástica: verdades reveladas (dogmas), magistério, obras. Isso vai eclodir no Concílio Vaticano II, gerando uma nova face da Teologia e da Igreja Católica.

TERCEIRO MOMENTO MOMENTO DO SOCIAL (dialético)

Dentro da dialética do momento anterior, em que o sujeito assume papel preponderante, surge novo deslocamento do acento, que vai caracterizar o que chamamos de terceiro momento. Volto a insistir no caráter didático e heurístico desse instrumental, não conseguindo organizar, não conseguindo organizar numa sucessão histórica lógica as idéias e acontecimentos. Contudo tem tal instrumental uma dinâmica dialética, que o justifica. As quatro relações vistas nos momentos anteriores vão receber agora nova conotação, como consequência precisamente de superação dialética do momento anterior. Se a primeira síntese acentuava o objeto, a segundo o sujeito, essa focaliza antes o próprio aspecto da dialeticidade da relação, e portanto supera o caráter subjetivista do momento anterior, numa integração social.

Primeira relação: O homem e sua autoconsciência.

O sujeito percebe o caráter dialético de sua consciência. Ele pensa a si mesmo, é fonte de valor, de verdade e de bem de um lado, doutro é pensado, é marcado pelas estruturas objetivas, de modo que sua verdade, seu bem, seus valores são, na verdade, fruto da síntese - objeto e sujeito. Esse caráter dialético já presente em todos os momentos, torna-se aqui mais claro,

pois a partir de um extremo de subjetivismo, esbarra o homem com a rigidez inexorável da realidade.

Tal descoberta do aspecto dialético aparece mais claramente a partir da inversão da dialética (Hegel, elaborada a partir do ideal), provocada por K. Marx, na sua ruptura com Feuerbach (Marx inverteu a dialética do ideal para o real, isto é Marx não admitia o materialismo dialético de forma idealizada, mas a partir dos fatos reais). Não se trata de nenhum regresso à posição do primeiro momento, em que os valores vinham de fora para o homem, sobretudo da Transcendência. Eles são profundamente determinados por relações objetivas, porém sociais e humanas. Essas são, portanto, criação do próprio homem.

Nesse momento o homem dá-se conta da influência da atividade na sua própria consciência.

A atenção do homem não se dirige para um homem ideal, para uma liberdade e consciência abstrata, como valores, ou mesmo fonte de valores. Orienta-se em direção do homem real, isto é, o homem situado no conjunto das relações sociais. O homem real é produto de sua situação e relações sociais (leia os escritos do Professor pernambucano Paulo Freire).

Está na intuição desse 3º momento a percepção aguda de tal relação dialética e da importância das relações sociais de produção e de todas as outras relações humanas na gestação de valores, verdade e bem. A consciência humana se entende envolvida em três momentos dialéticos, sem possibilidade de separá-los, como entidades por si mesmas. É o homem que se exterioriza. Tudo que existe no mundo social é criação do homem. Esse universo exteriorizado pelo homem se solidifica, se objetiviza, ganha existência além da consciência e liberdade que o produziu. E começa a exercer sobre esse mesmo sujeito uma ação condicionante, marcante, provocando nele uma internalização de tal realidade. Essa realidade internalizada é, por sua vez, de novo exteriorizada, objetivada, e assim por diante. A consciência dialética do homem consiste precisamente em perceber-se nesse processo dinâmico, contínuo, incessante.

Segunda relação: O homem e seus semelhantes.

Se no momento anterior insistia na intersubjetividade, agora o aspecto societário ocupa o primeiro plano. As relações sociais de produção (nível econômico) e as relações de poder (nível político) assumem maior relevância e o homem é entendido enquanto se insere neste contexto de interesses. O homem é um ser eminentemente político, no sentido de que sua prática interfere no jogo das forças de interesses de sociedade. Supera-se uma concepção intimista e de neutralidade do agir humano. O homem não consegue pairar fora e acima das realidades sócio-políticas. Sua ação sempre tem dimensão política.

O aspecto comunitário não parece suficiente para iluminar o agir humano. Faz-se necessário compreendê-lo dentro das relações sociais que

constituem a sociedade. Nesse momento, procura-se sobretudo ultrapassar o caráter intimista das relações humanas, para ver-lhes o alcance político e societário.

Se, no momento anterior, as considerações psicológicas ocupavam lugar proeminente, aqui entram em cena sobretudo a Política e a Sociologia. A sociedade é vista nos seus aspectos estruturais e não simplesmente como mera relação de consciências. As análises orientam-se na linha de detectar as estruturas configuradoras da sociedade, a fim de compreender os interesses em jogo e a maneira de operar sobre elas.

A História adquire também muita importância. Não é considerada como fruto de grandes decisões, sobretudo de personagens importantes. Não se lê à luz dos feitos e das empresas de soberanos, generais, imperadores, presidentes. A atenção volta-se para os verdadeiros interesses econômicos, políticos de grupos, de nações, que se escondem atrás das decisões aparentemente pessoais de alguns estadistas. As relações humanas ampliam-se, pois, para dentro de contextos mais amplos, e perdem seu caráter intimista e subjetivante.

Nesse contexto, a ideologia desempenha papel importante. Exprime a racionalização dos interesses de classes sociais. A ideologia faz duplo papel de revelar os interesses e de encobri-los. Ao sistematizar os interesses de grupos, faz que eles possam impor-se na sociedade. Nesse sentido revela-os. Mas não o faz, entretanto, de modo científico, objetivo, explícito. Usa jogos lingüísticos que terminam por vedar-lhes uma inteligência clara (anos 70 - Governo Médici). Nisso, a ideologia participa da mentira, da falsificação. Nesse terceiro momento, o homem toma maior consciência de todo esse jogo ideológico e sobretudo de sua relação com os reais interesses das classes sociais.

Terceira relação: O homem e a natureza.

A aceleração da empresa conquistadora da natureza por parte do homem tem atingido graus antes sequer imagináveis. Entretanto, surgem problemas novos. Estamos passando de uma consciência do trabalho humano limitado explorando recursos naturais ilimitados, transformando e conquistando a natureza numa progressão sem limites. O extremo de exploração, a euforia da conquista racional da natureza esbarram agora com o espectro da poluição, do esgotamento de recursos não renováveis, da ameaça de situações imensamente perigosas dentro de um lapso de tempo não muito longo.

O feitiço volta-se contra o feiticeiro. Não é qualquer transformação da natureza que serve para o processo de humanização. Algumas se tornam pesadelo para o homem.

Já estamos em muitos pontos num desenvolvimento que se torna auto-destrutivo. No ritmo em que se caminha pode se prever um colapso do sistema mundial, um novo dilúvio (guerra nuclear, quem sabe?). Regiões habitáveis começam a tornarem-se inóspitas devido ao excesso de poluição.

A inteligência humana colocada a serviço de interesses tem produzido as mais sofisticadas armas e desenvolvido possibilidades inauditas de destruição. Surge então o medo de que tais armas voltem contra toda a humanidade. Os EUA possuem armas para destruir inúmeras vezes toda a vida do planeta. E a facilidade e risco de que tais armas caiam nas mãos de irresponsáveis torna mais angustiante e questionadora essa situação. Além disso, o homem se envolve numa espiral sem fim, em que cada arma está a pedir um sistema defensivo mais sofisticado. E os gastos que tal espiral provoca são de tal montante, que impedem a solução de problemas fundamentais para a vida humana, como a fome, a doença, a educação em outros países (não me parece justo).

As pesquisas no campo da Biogenética implicam na possibilidade de manipulação do próprio homem. Na tentativa de controlar o código genético, o homem adquire um poder sobre o próprio homem de tal gravidade e alcance, que se torna uma ameaça. Uma vez feita a descoberta, ela fica entregue à irresponsabilidade e à possibilidade criminosa de muita gente. A partir do domínio genético pode uma mente criminosa criar seres (bactérias ou vírus) destruidores da vida humana. A aids não seria um vírus fabricado em laboratório? Tudo isso põe em questão essa consciência triunfante do homem dominador e conquistador da natureza.

Quarta relação: O homem e o Transcendente.

Dois movimentos ocupam esse espaço cultural em relação a transcendência. Um que não consegue entender a possibilidade da existência de uma transcendência dentro de tal esquema mental. Propugna na linha de movimento do segundo momento, um ateísmo ainda mais radical. O que existe é o acaso e a necessidade. O homem não pode compreender nenhuma finalidade. A ciência é a sua arma de compreensão.

Tudo depende da inteligência. Se a racionalidade humana não funcionar, a destruição virá mais cedo. A esperança está colocada nessa racionalidade científica, que sabe medir os riscos e os custos nos atrasos das soluções. Os computadores estão aí para nos oferecerem dados e cálculos exatos, cuja manipulação tão complexa ultrapassaria qualquer cabeça humana.

Na linha de fé, uma teologia da esperança, uma teologia do social em suas diversas formas (política, libertação) procuram compreender Deus dentro do processo de transformação da sociedade. Nesse processo, o homem experimenta a sua limitação, pequenez, a criaturalidade de um lado, e de outro a necessidade de uma salvação, sustentada pela força indestrutível da esperança. Deus é a sua esperança de salvação, de plenitude no meio aos compromissos de libertação.

EXEMPLOS

Dentro desse esquema, a tarefa reinterpreta vai elaborando seus temas e produzindo suas mudanças de atitudes, compromissos, concepções de valores. Por isso, podemos elucidar com algumas exemplificações, a título simplesmente de sugestão, deixando aberta a tarefa para outras questões.

a) Desprivatização e valorização das categorias políticas e societárias.

O aspecto político das realidades humanas é focalizado de preferência. Um campo que sofre então reformulação é o da fé, da religião, da Igreja. Como tendência dos últimos séculos, não se percebia facilmente uma relação entre a fé e política. Restringia-se ao setor das opções tomadas em consciência, enquanto que as ações públicas, políticas eram unicamente regidas pelas regras do jogo político vigente. A tendência desse momento é precisamente desprivatizar a fé e mostrar a dimensão política já existente e desmascarar o jogo ideológico da privatização da fé. Uma fé inconsciente de sua dimensão política facilmente estará fazendo o jogo dos interesses dominantes. E atos, que parecem exprimir puramente tal dimensão religiosa, têm alcance político, cuja significação passa despercebida. Não existe uma fé, uma religião, uma teologia, uma Igreja, totalmente neutras, abstratas, apolíticas, puramente ligadas à intimidade pessoal e individual. A fé é também um compromisso social. Fé sem compromisso social é uma alucinação suicida: que gera comportamentos fanáticos e perigosos para a sociedade.

b) Valorização do estrutural e das análises da realidade.

Se o momento anterior percebia com maior clareza os elementos pessoais, a importância da liberdade, consciência, aqui as atenções se voltam para as estruturas, especialmente sócio-político-econômicas. Como elas têm sua consistência e não dependem em suas transformações do simples impulso da vontade humana, impõe-se a tarefa de analisá-las com rigor. Por isso, um dos pontos capitais percebidos dentro desse esquema é o jogo entre ciência e ideologia. Portanto procura-se nesse momento analisar com criticidade tanto a realidade como o instrumental de análise, onde se percebe o jogo de interesses individuais e grupais.

c) Relevância da práxis.

Desloca-se aqui o acento. No momento anterior, atendia-se antes à intencionalidade das ações humanas. Agora se analisa de preferência a sua prática, isto é, a sua ação enquanto transformadora da realidade e o seu significado objetivo dentro do quadro social, independentemente de sua intencionalidade ("De boas intenções o inferno está cheio"). Procura-se mostrar como a ideologia tenta precisamente velar essa percepção, fazendo remontar o significado da ação unicamente à subjetividade das pessoas. As ações humanas são analisadas dentro do contexto do jogo de interesses econômicos e políticos, para ver as quais deles elas favorecem ou obstaculam. O sentido da práxis aparece dessa análise objetiva e não da boa ou má vontade das pessoas.

Com isso, quer-se superar o plano fechado da ortodoxia, no qual a verdade é definida pela teoria. Vê-se antes a verdade a partir de sua realização, da práxis. Ela se verifica (faz-se verdade). Surge como expressão de tal viragem a categoria da ortopráxis.

A práxis é a teoria em ato. A teoria é a consciência que a ação toma de sua natureza e de sua situação histórica. Busca-se uma teoria, que não mais seja contemplativa da natureza, mas transformadora. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão da prática (Karl Marx). É necessário desmitificar as teorias. "As exigências de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões" (Marx). A teoria só existirá se for comprovada pela práxis humana. A práxis é entendida fundamentalmente em relação com o homem. Cada um se transforma e se modifica na medida em que ele transforma e modifica o conjunto de suas relações sociais. A práxis não é simplesmente a atividade material do homem. É também o seu conhecimento teórico. A teoria é, pois, um momento da práxis e não uma entidade independente. A práxis é esse conjunto de prática e teoria, a teoria contribuindo, numa dinâmica, a modificar as relações sociais, em lugar de ser simplesmente um reflexo das mesmas.

A partir dessa nova compreensão da práxis, como conjunto de prática e teoria, repensa-se a relação entre fé e a prática da caridade, entre a Revelação e a prática pastoral.

d) Outros pontos.

Nesse esquema mental, o conceito de libertação assume sua dimensão mais plena e própria. Não se trata de uma mera passagem de um universo de erro, ignorância e vícios para a verdade, o bem (1º momento), nem uma superação psicológica dos entraves subjetivos (2º momento). Refere-se ao processo de transformação de estruturas opressivas, exploradoras, radicalmente ligadas aos modos de produção, em novas, onde a exploração e a opressão estariam em linha de superação. O termo libertação adquire um sentido em relação às mudanças estruturais sócio-político-econômicas e culturais.

Os aspectos mais pessoais resultam como decorrência das transformações estruturais, ainda que se negue o caráter dialético de toda mudança.

CONCLUSÃO

Este esquema mental é dominado pelas categorias do estrutural, social, dialético, histórico, numa tentativa de superação das limitações e impasses do momento anterior. Naturalmente cada momento tem dentro de si sua dialeticidade e oscila, ora carregando mais um ponto, ora reagindo a esta tendência. Entretanto, há um aspecto que se torna dominante e a partir do qual se compreendem as quatro relações fundamentais.

Se no momento anterior pode ser caracterizado culturalmente pelo predomínio dos humanismos, das filosofias idealistas e da existência, o triunfo da revolução burguesa com as clássicas proclamações dos Direitos Humanos, o desenvolvimento do capitalismo em suas diversas formas, o exacerbamento do subjetivismo e individualismo, etc., este 3º momento apresenta certas formas de anti-humanismo, do predomínio das filosofias e teologias da práxis e estruturalistas, o despertar de movimentos socialistas, reações violentas contra os tipos de individualismos e contra a visão liberal dos Direitos Humanos, que, na prática, favorecem pequenos grupos de elite com exclusão das grandes massas.

Se no momento anterior a glorificação da técnica e das ciências exatas gerou tantas euforias desenvolvimentistas, neste 3º momento paira certa dúvida, certo medo diante de tais progressos, que terminam por ameaçar o próprio homem.

Há muitos germens de contradição nesse terceiro momento, sobretudo no aspecto de extrema racionalidade que ele encerra. Pré-anunciam-se movimentos que o questionam. Entretanto, no presente, não nos é evidente que elementos são realmente novos, anúncio de algo diferente que esta nascendo e que elementos são tentativas vãs de reversão. Diversos movimentos de libertação, o fenômeno de maio de 1968 na França, a experiência do hippie, a Revolução Sandinista na Nicarágua, etc., podem já encerrar alguns elementos anunciadores de um momento em que o aspecto dialético estrutural, tão salientado no 3º momento, receba nova releitura. Vivemos certamente uma hora prenhe de novidades, que ainda não se deixa facilmente configurar se não quisermos ser seduzidos por tentações futurológicas sensacionalistas.

POSFÁCIO

Será então que a verdade, o bem e o valor são relativos, criação das pessoas ? Que é que nos defende então do arbítrio dos caprichos das fantasias dos indivíduos ? As tradições, as construções da inteligência e da vontade humanas não passam, na realidade, de castelos de areia ? Enfim, o relativismo e o subjetivismo terminam por triunfar sobre o esforço de perenidade, de definitividade, de conquistas irreversíveis da humanidade ?

Naturalmente, quem entendesse no sentido das perguntas todo o desenrolar desse trabalho, teria passado à margem de nossas reflexões. Ele conduz-nos a três conclusões fundamentais a respeito da verdade, do bem e do valor:

- 1 - Eles são realidades históricas.
- 2 - O sujeito participa na compreensão, elaboração, transmissão.
- 3 - A mentalidade que os apreendia de modo fixo, estável, imutável, é ela fruto de uma determinada época histórica e de um determinado sujeito cultural.

Quando afirmamos a historicidade da verdade, dos valores não queremos tirar-lhes nenhum traço de seriedade, de importância, de força

sobre o homem. Pelo contrário, supomos que o homem foi criado e feito para a VERDADE plena, escatológica. Sua existência é contínua caminhada nessa direção. Sendo sua estrutura feita para e pela VERDADE, vai descobrindo-a, criando-a ao longo da história. Essa construção é um processo. A cada momento forjam-se novas sínteses. Isto já implica que os momentos anteriores não são relegados ao nada e sim assumidos na novidade do momento presente. Isso nos incita a continuar cada vez mais na busca da VERDADE.

Quando afirmamos a participação do sujeito na produção da verdade, queremos salientar um aspecto de responsabilidade e de limitação também de todo conhecimento humano. Os homens encontram-se sempre envolvidos e condicionados por interesses de classe, por situações culturais determinadas e por tantos outros fatores. A caminhada em direção à VERDADE ESCATOLÓGICA não acontece fora de tais condicionamentos.

Este trabalho tentou, com simplicidade, mostrar como se faz tal caminhada, e como ela se prossegue. Naturalmente não é fácil organizar elementos tão variados dentro de esquema tão simples.

Contudo cremos que tal esquema didático pode ser uma primeira abordagem de compreensão da pluralidade de fatores, dados, idéias, em torno de algumas categorias centrais.

Pretendemos simplesmente oferecer essa possibilidade, procurando organizar tais elementos dentro de uma organicidade com certa coerência e numa sucessão lógica (e quanto possível histórica), a fim de facilitar a compreensão das dinâmicas em processo.

Não se tratou de estabelecer um quadro rígido, de tal modo que todas as coisas pudessem ser bem enquadradas, dando-nos a segurança ilusória de as dominarmos. São delineamentos bem gerais.

O instrumental apresentado quis fazer a função de uma bússola, tentando mostrar a direção em que se movem essas tendências. Preside a ele uma compreensão dialético-histórica da realidade e um esforço de sistematização, com todas as limitações que tais opções possuem.

À medida que conseguimos perceber o nosso esquema mental e do outro, poderemos estabelecer um diálogo mais congruente, sabendo a ressonância semântica de nossas afirmações e captando, por sua vez, o alcance dos ditos do parceiro. Este instrumental pensa poder facilitar o diálogo e a compreensão à medida que ajuda a situar-nos em relação a categorias e parâmetros simples, mas fundamentais. E a partir daí, é-nos possível criar espaços de compreensão e diálogo.

NOTAS :

1. O Professor João Batista Libânio discorre sobre o assunto na sua coleção publicada pela Editora Vozes sob o título de "Formação da Consciência Crítica".
2. Esclarecemos que produzimos tal trabalho no ano de 1982, portanto mais de 10 anos se passaram. As poucas anotações que fizeram servem para atualizá-lo.
3. Muitos dos seguidores de Lutero interpretaram seus postulados a partir de outro esquema mental (do objeto), dando assim um caráter objetivante à Escritura, transformando-a em objeto com poder supranatural. Exemplo disso é a utilização da Bíblia com poder mágico (abriu-a aleatoriamente para buscar a verdade para determinado fato ou situação, ou em nossos dias, a chamada "caixinha da promessa).

Copyright © 1997 Henrique Chagas

All rights reserved - Tous droits réservés

Os direitos autorais são protegidos pela

Lei 9.610 de 19/02/98.